



Comissão de Ambiente e Energia

Informação

Projeto de Resolução n.º 253/XV/1.º (BE)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 20 de dezembro de 2022

Recomenda ao Governo a prioridade ao abastecimento doméstico e o abandono de usos insustentáveis na “Tomada de Água no Pomarão”

1. Cinco Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução n.º 253/XV/1.º - Recomenda ao Governo a prioridade ao abastecimento doméstico e o abandono de usos insustentáveis na “Tomada de Água no Pomarão” (rio Guadiana), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. O PJR 253/XV/1ª (BE) deu entrada na Assembleia da República a 28 de setembro de 2022, tendo sido admitido por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, que determinou a baixa à Comissão de Ambiente e Energia (CAENE) a 29 de setembro de 2022. Na reunião da Comissão realizada em 20 de dezembro de 2022 foi o referido Projeto de Resolução discutido, ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do RAR, tendo a discussão ocorrido nos seguintes termos:

O Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)** apresentou a iniciativa do GP BE referente ao anúncio de aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução do "Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve - Solução da Tomada de Água no Pomarão", no rio Guadiana e que quanto a este projeto têm duas pretensões: (i) a de que se preveja o abastecimento de água às populações que estão na proximidade do local de captação no rio Guadiana e (ii) a de que o uso da água na região do Algarve seja adequado às condições e aos recursos aí existentes. A este propósito manifestou preocupação com a primazia dada às plantações de abacate e à gestão da rega nos campos de golfe e apelou a que se dê prioridade ao abastecimento doméstico na região do Algarve.

O Senhor Deputado **Luís Graça (PS)** tomou da palavra para sublinhar a importância do papel da solidariedade, a nível nacional e ibérico, para a gestão eficaz da água. Sublinhou a criação, por parte do Governo, do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, que tem como principais medidas a eficiência de gestão, a redução da perda de água e a adoção de medidas que permitam a utilização de outras fontes de aproveitamento de água, não só para consumo humano, mas também para a atividade económica. Finalizou, ressaltando que todos os domínios da economia terão de se adaptar a uma realidade de escassez de água.

O Senhor Deputado **Rui Cristina (PSD)** evidenciou a problemática da falta de água no Algarve e no Alentejo e, embora saudando a iniciativa do GP BE, manifestou discordância quanto à limitação do abastecimento ao consumo doméstico, entendendo que a solução deveria ser complementar ao plano da eficiência hídrica. No respeitante às preocupações manifestadas na iniciativa relativamente à produção de abacates, defendeu a realização de estudos neste âmbito, manifestando, por outro lado, preocupação com as perdas de água nos Municípios. Apelou, por fim, a um equilíbrio na gestão e distribuição da água para os vários setores e à construção de pequenas bacias de retenção de água.

A Senhora Deputada **Rita Matias (CH)** sublinhou que a principal diferença desta iniciativa com a iniciativa apresentada pelo GP CH [[PJR 321/XV/1ª \(CH\)](#)] é a de que com esta última pretendem alargar a prioridade dada ao abastecimento doméstico, a outros serviços, nomeadamente serviços públicos e serviços de saúde. Sublinhou a necessidade de solidariedade intergeracional e de salvaguarda da exploração eficaz dos recursos existentes na região do Algarve.

O Senhor Deputado **Duarte Alves (PCP)** referiu que o GP PCP estava de acordo com a iniciativa do BE, nomeadamente, no que respeita ao uso da água, com a prioridade dada ao abastecimento para uso doméstico. Mencionou, por outro lado, que as agriculturas intensivas não são a melhor solução para a soberania alimentar do país, para o desenvolvimento regional e não resolvem o problema da água, nem dos agricultores da região. Afirmou ainda que, para o GP PCP, a solução para a falta de água na referida região passa pela construção da barragem da Foupana, embora não sejam contra a tomada de água no Pomarão. Por fim, pediu esclarecimentos quanto ao parágrafo onde se pode ler *“Nesse sentido, existindo o investimento na captação do Pomarão, a sua primeira prioridade deve ser o abastecimento doméstico local e, sempre que necessário, o abastecimento doméstico à região do Algarve. sempre que necessário à região do Algarve”*, não concordando com a ideia de que o abastecimento à região do Algarve seja supletivo face a outras localidades, ao se mencionar *“(…) sempre que necessário, (…)”*.



Comissão de Ambiente e Energia

A Senhora Deputada **Inês de Sousa Real (PAN)** afirmou que o PAN acompanharia a iniciativa do GP BE, sublinhando que a iniciativa prioriza e não restringe o abastecimento de água ao consumo doméstico. Relembrou que o que afeta verdadeiramente o uso dos solos é a atividade humana e salientou a importância da criação do atlas de risco e da renegociação da Convenção de Albufeira. Considerando as várias dimensões associadas ao problema, afirmou que não só acompanhavam a iniciativa como defendiam um aprofundar de tomada de medidas que não se limitassem apenas às diferentes formas de captação de água, mas que abrangessem também o licenciamento dos diferentes usos e a regulamentação da ocupação do solo.

O Senhor Deputado **Rui Taveira (L)**, mencionou que o L acompanhava, na generalidade, a iniciativa do GP BE, mencionando a importância do abastecimento de água às populações. Destacou que o modelo de agricultura defendido pelo L se distingue pela qualidade e não quantidade e sempre que possível pelo uso de práticas de agricultura de precisão e agroecologia, pelo que a utilização de recursos hídricos reforçados para cultura intensiva ou culturas que não são daquelas regiões ou para a regas de campo de golfo se afiguram desajustadas. Nessa medida, informou que votaria favoravelmente.

O Senhor Deputado **Rui Cristina (PSD)** pedindo a palavra para prestar um esclarecimento, afirmou que no Algarve não há culturas intensivas.

O Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)** finalizando o debate e não repudiando nenhuma das posições, esclareceu que o ponto n.º 1 da iniciativa refere que deve ser dada prioridade e não exclusividade ao abastecimento doméstico de água, reconhecendo a necessidade de correção de outros problemas associados, como sejam as perdas de água. No respeitante à agricultura, devem ser feitas escolhas sustentáveis e responsáveis, tendo em conta a região em causa. Concluiu afirmando que sendo necessária solidariedade, tem de existir critérios para a utilização de água na agricultura e não apenas no consumo doméstico e que a utilização do Pomarão é suplementar.



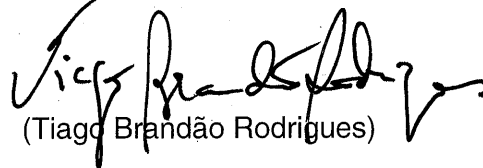
Comissão de Ambiente e Energia

Concluída a discussão, o Projeto de Resolução encontra-se em condições de poder ser agendado, para votação, em reunião plenária, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República.

A discussão foi gravada, constituindo a gravação áudio parte integrante da presente informação, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2022.

O Presidente da Comissão,



(Tiago Brandão Rodrigues)

